

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP – Coleta de resíduos

Processo UDESC SGPe 16798/2025

I – INFORMAÇÕES GERAIS**1. Equipe de Planejamento**

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Francielle Macari	Téc. Univ. Desenvolvimento	739702-0	sems.reitoria@udesc.br
Wanessa Daibert Coimbra Ribeiro	Coordenadora SEMS	665440-1	sems.reitoria@udesc.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL**2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC enfrenta a necessidade permanente de realizar a gestão adequada dos resíduos sólidos gerados em suas dependências, especialmente nos Campus I, CERES e CESFI. Esses resíduos são oriundos das diversas atividades acadêmicas, administrativas, laboratoriais, de serviços de saúde, manutenção predial, além da circulação de discentes, servidores, visitantes e público em geral.

A legislação ambiental brasileira, com destaque para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e seu regulamento (Decreto nº 10.936/2022), determina que o gerador de resíduos é o responsável legal pela sua destinação ambientalmente adequada, com vistas à proteção da saúde pública e do meio ambiente. Além disso, normas específicas regulamentam o gerenciamento de resíduos perigosos e de serviços de saúde, reforçando a necessidade de observância técnica rigorosa.

Contudo, a UDESC não possui estrutura física, recursos humanos ou expertise técnica especializada para realizar, com segurança e regularidade, a separação, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos gerados. Faltam, especialmente, maquinário adequado, instalações apropriadas, licenças ambientais, além de corpo técnico capacitado para garantir a conformidade com todas as exigências legais, sanitárias e ambientais.

Essa limitação institucional torna imprescindível a contratação de empresa especializada que assuma, sob sua responsabilidade exclusiva, todas as etapas da gestão dos resíduos gerados, incluindo a destinação final ambientalmente correta, conforme preceituam as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

A ausência dessa contratação acarretaria riscos significativos, tais como:

- Contaminação do solo, da água e do ar;
- Proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e roedores), colocando em risco a saúde da comunidade acadêmica e do entorno;
- Irregularidades ambientais, com possibilidade de sanções administrativas, civis e penais contra a Instituição;
- Comprometimento das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade.

A contratação também é necessária para que a UDESC cumpra sua função social de exemplo em boas

práticas de sustentabilidade, prevenindo a degradação ambiental e assegurando a conformidade com a legislação vigente.

Em suma, a necessidade apresentada visa assegurar:

- A continuidade regular e segura das atividades institucionais;
- A proteção da saúde pública e do meio ambiente;
- O atendimento às exigências legais e normativas que recaem sobre o gerador de resíduos.

Desta forma, justifica-se plenamente a contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, imprescindíveis para o funcionamento adequado da UDESC.

A não realização da contratação comprometeria diretamente a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, além de expor a Universidade a riscos jurídicos, ambientais e financeiros.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A UDESC conta com o Plano Anual de Contratações (Processo SGP-e 53509/2024) que contempla o objeto pretendido (pág. 3 e nome do arquivo "PCA2025 - Item 39"). O Plano Anual de Contratações para o ano de 2025 pode ser acessado pelo processo citado ou acessando: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/5010/PAC_2025_Ass_V1_1738862699347_5010.pdf

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação deste serviço comum, não continuado, se dará por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com vigência anual, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

A empresa Contratada será responsável, inteira e isoladamente, por cumprir toda e qualquer exigência legal relativa ao desenvolvimento das atividades objeto desta contratação, mesmo que tais exigências venham a surgir após a realização da sessão de licitação ou após a assinatura do contrato entre as partes, em especial, aquelas descritas nas Normas Técnicas da ABNT: NBR nº 10.004, NBR nº 11.175 e NBR nº 12.235, bem como as exigências dispostas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022), nas Resoluções do CONAMA nº 307/2002, nº 401/2008 e nº 358/2005, e na Resolução ANVISA RDC nº 222/2018, além de outras normas e regulamentos aplicáveis.

A Contratada deverá portar ou manter em arquivo próprio, dependendo do caso, os documentos que comprovem a adequação de suas atividades perante os órgãos de fiscalização responsáveis, apresentando-os ao Fiscal do Contrato sempre que este os solicitar. Constituem esta lista de documentos exigidos, além de outros já exigidos ou que venham a sê-lo pelos órgãos competentes, os seguintes:

- Licença Ambiental de Operação – LAO, válida;
- Declaração de emissão de resíduos;
- Relatório mensal de procedimentos para a disposição e gestão dos resíduos, discriminando os procedimentos adotados para o tratamento dos resíduos, incluindo planilhas de quantitativos;
- Documento de saída dos resíduos, informando: quantidade, destino, data, meio de transporte e percurso a ser percorrido; - Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR;
- Documento de chegada dos resíduos ao seu destino (pode ser o documento de saída protocolado junto ao receptor com a data e a hora de chegada ou um documento específico para ser assinado pelo receptor do resíduo); - Certificado de Destinação Final - CDF;

- Certificado de Destinação Final dos resíduos recolhidos;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, sempre que exigido.

Caso a empresa utilize instalações de tratamento de terceiros para o pós-tratamento dos rejeitos, a CONTRATADA deverá portar documento referente à autorização da empresa subcontratada para o desenvolvimento das atividades envolvidas, assegurando que esta empresa possui as devidas licenças ambientais e sanitárias.

Há necessidade de acompanhamento técnico, por responsável técnico habilitado registrado no conselho profissional correspondente e de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), às expensas da Contratada.

Tendo em vista o expressivo número de empresas existentes locadoras de caçambas, e o pequeno número de empresas existentes capazes de realizar a destinação final dos objetos recolhidos; bem como, a necessidade de, em casos específicos, as empresas de coleta de resíduos subcontratarem serviços de destinação final dos materiais recolhidos, a UDESC autoriza, exclusivamente no tocante à destinação final dos objetos/materiais/resíduos recolhidos, que a empresa Contratada subcontrate uma ou mais empresas para a realização destes serviços.

Independente da atividade desenvolvida pela empresa Contratada, esta será a única responsável pelos serviços prestados, não podendo, sob hipótese alguma, transferir à(s) sua(s) subcontratada(s) a responsabilidade por ela assumida frente à UDESC.

A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Deverá ainda manter o mais completo sigilo das informações constantes nos relatórios, documentos, bem como de quaisquer outras informações de que tiver acesso em razão da execução do contrato.

A UDESC não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

Qualquer tolerância por parte da UDESC em relação ao estabelecido no presente instrumento convocatório não implicará alteração de cláusulas ou condições pactuadas.

A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas vigentes relativas ao objeto, especialmente:

- Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022);
- Resoluções do CONAMA 257/1999, 307/2002, 358/2005, 401/2008;
- Resolução ANVISA RDC nº 222/2018;
- Normas da ABNT, especialmente NBR 10004, NBR 11175 e NBR 12235;
- Resolução ANTT nº 5.947/2021 (transporte de produtos perigosos);
- Resolução CONTRAN nº 168/2004 (capacitação de motoristas);
- IN IBAMA 13/2021
- Portaria IMA/FATMA nº 21/2019 (SC)
- E demais normas e regulamentos aplicáveis.

Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA tudo quanto concorrerem à perfeita execução do Contrato tais como: fornecimento de materiais e acessórios, ferramentas e equipamentos de instalação, transportes de materiais, fornecimento de mão-de-obra especializada, recolhimento de impostos e contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais itens pertinentes, direta e indiretamente necessários à perfeita execução contratual.

A CONTRATADA deverá entregar, sempre que solicitado, a documentação comprobatória da contratação e habilitação do Contratado e/ou do profissional responsável indicado pela empresa.

É vedado ceder a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte (com exceção da destinação final),

devendo utilizar exclusivamente mão de obra própria, assumindo total responsabilidade pelos encargos previstos na legislação trabalhista e pelos atos praticados por seus empregados.

A CONTRATADA será responsável por todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras obrigações que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá dispor e manter veículos e sistemas de comunicação eficiente, de forma a garantir o cumprimento dos prazos de atendimento.

É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer e zelar pela utilização, por parte de seus funcionários, de equipamentos de segurança pessoal, que devem ser adquiridos às expensas da Contratada. A resistência a não utilização destes poderá ensejar rescisão contratual.

Entregar o local do serviço limpo, sem a presença de restos de produtos utilizados para o serviço ou quaisquer outros materiais, e dar destino final aos resíduos provenientes da execução do serviço, conforme normas ambientais vigentes.

Em qualquer situação deverão aplicar-se as normas do INMETRO, normas da ABNT, atualizadas e específicas para cada situação, assim como qualquer outra legislação aplicável.

A CONTRATADA será responsável por eventuais danos materiais ou acidentes pessoais causados à UDESC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, que venham a ocorrer em consequência da prestação dos serviços.

Prestar os serviços objeto do Contrato dentro de elevados padrões de qualidade, fornecendo todos os materiais necessários para a perfeita execução dos serviços a qual tenha sido vencedora, sendo exclusivamente sua responsabilidade a prestação do serviço do objeto desta licitação, nos locais informados neste Termo de Referência, bem como os custos decorrentes.

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços, ficando expressamente estipulado que não se estabelece, por força da prestação de serviços objeto deste Contrato, qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA fornecer para execução dos serviços, correndo por conta exclusiva desta última as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga saldar na época devida.

Sempre que exigido pela Contratante, a Contratada deverá afastar imediatamente qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços ou ao interesse público.

A CONTRATADA não poderá cobrar quaisquer valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno.

Caberá à CONTRATADA fornecer ao seu pessoal uniforme e identidade funcional, o qual deverá portar em lugar visível, sem os quais não será permitido o acesso nas dependências da Contratante.

É de responsabilidade da Contratada respeitar e fazer com que seu pessoal respeite à Legislação sobre Segurança, Meio Ambiente, Higiene e Medicina do Trabalho, sua regulamentação, bem como as Disciplinas, Regulamentos e Normas afins, inclusive o fornecimento e a cobrança do uso, por parte de seus funcionários, de equipamentos de proteção individual – EPI's.

As empresas participantes da licitação deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível com o lote que participarão e, para todos os lotes, apresentar a Licença Ambiental de Operação (LAO) válida.

Por destinação final entende-se o encaminhamento a: aterro sanitário/industrial devidamente licenciado; reciclagem e transformação em empresa devidamente licenciada; blendagem/coprocessamento em empresa devidamente licenciada; descaracterização e descontaminação em empresa devidamente licenciada;

autoclavagem; de acordo com as normas vigentes.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Conforme planilha anexa.

Os quantitativos foram indicados por cada centro, de acordo com a sua necessidade, baseadas em suas análises técnicas, como consta no processo SGP-e 16798/2025.

Para a Reitoria:

O quantitativo de caçambas estacionárias a ser contratado foi definido a partir da análise do consumo histórico de serviços semelhantes, associado à previsão de demanda futura, conforme dados da Ata de Registro de Preços vigente (ARP nº 622/2024) e atas de outros exercícios. Os dados utilizados, ainda que provenientes de atas anteriores, foram corroborados por levantamentos recentes realizados pelos setores demandantes no ano de 2025, garantindo a atualidade das estimativas.

Em relação aos itens 2 (locação de caçamba para resíduos de madeira de obra) e 4 (locação de caçamba para resíduos de gesso, carpete, lã de vidro e forro mineral), considerando que no Pregão Eletrônico nº 622/2024 os referidos itens restaram desertos ou infrutíferos, optou-se por utilizar como base os consumos registrados nas Atas de Registro de Preços anteriores, nº 547/2019 e nº 635/2023, respectivamente.

Para o item 1 (locação de caçamba para resíduos de construção civil – tijolos, blocos, telhas, argamassa, concreto, areia e pedra), a estimativa foi realizada com base na área atualmente ocupada por entulhos nos espaços da Universidade, acrescida de uma margem de segurança para atender futuras adequações ou reformas na Reitoria.

No que se refere ao item 3 (locação de caçamba para descarte de MDF, MDP e compensados), o levantamento considerou a quantidade de bens inservíveis atualmente armazenados pelo Setor de Patrimônio da instituição, bem como a previsão de aumento dessa demanda em razão da aquisição de mobiliário padronizado, o que implicará no descarte de materiais inservíveis.

Já para os itens 5, 6 e 7 o quantitativo foi baseado diretamente no histórico de consumo registrado na Ata de Registro de Preços nº 622/2024, considerando a necessidade de destinação adequada das lâmpadas e de rejeitos não recicláveis, gerados nas atividades de manutenção, limpeza e uso cotidiano dos espaços da Universidade.

Dessa forma, a definição dos quantitativos visam assegurar o atendimento contínuo e adequado às necessidades institucionais, garantindo a correta gestão dos resíduos sólidos da construção civil gerados nas unidades da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, em conformidade com as normas ambientais vigentes e os princípios da eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

O quantitativo anual previsto para contratação é meramente estimativo, sem implicar em qualquer compromisso futuro com a CONTRATADA.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando a diversidade dos resíduos gerados e a experiência acumulada em processos anteriores na UDESC, foram identificadas as seguintes alternativas para a contratação dos serviços:

Alternativa 1 – Contratação centralizada de uma única empresa para todos os serviços e locais

Consiste na contratação de uma única empresa responsável por todos os serviços (locação de caçambas,

coleta, transporte, tratamento e destinação final), abrangendo todos os tipos de resíduos e todos os campi da UDESC.

Apesar de aparentemente simplificar a gestão contratual, essa alternativa tem se mostrado inviável na prática, conforme experiências anteriores da UDESC, pois:

- Há um número reduzido de empresas no mercado com capacidade para atender todos os tipos de resíduos e todos os locais;
- A concentração em um único fornecedor tem levado à ocorrência de licitações desertas ou fracassadas, principalmente pela dificuldade logística e pela diversidade técnica exigida para atender aos diferentes resíduos e localidades;
- A gestão de resíduos envolve especificidades que variam conforme o tipo de resíduo e o local de geração, demandando capacitações distintas.

Alternativa 2 – Contratação segmentada por tipo de serviço e por local (em lotes distintos)

Consiste na estruturação da licitação com a divisão em lotes, conforme:

- A natureza do serviço: (ex.: locação de caçambas para entulho; coleta de resíduos químicos; destinação de lâmpadas);
- E o local de execução: (ex.: Campus I, CERES, CESFI).

Cada lote poderá ser disputado por empresas especializadas na respectiva atividade e/ou localidade.

Esta alternativa é a mais adequada, pois:

- Amplia a competitividade, permitindo que empresas de pequeno e médio porte participem, conforme sua especialização e capacidade logística;
- Aumenta a viabilidade da licitação, evitando o risco de restar deserta ou fracassada já verificado em experiências anteriores;
- Permite que a UDESC tenha fornecedores mais próximos geograficamente aos locais de geração de resíduos, reduzindo custos logísticos e prazos de atendimento;
- Facilita a especialização técnica por tipo de serviço, o que tende a melhorar a qualidade da execução;
- Atende à diretriz da Lei nº 14.133/2021, que orienta a estruturação da contratação por parcelas e lotes, sempre que técnica e economicamente viável, promovendo o fomento à competitividade e à participação de micro e pequenas empresas.

Alternativa 3 – Execução direta pela UDESC

Esta alternativa é tecnicamente inviável, diante da falta de estrutura, corpo técnico especializado, licenças, veículos e equipamentos.

Além disso, geraria custos fixos elevados e riscos jurídicos e ambientais, especialmente no que diz respeito ao cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normativos.

Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

A solução a ser adotada será a contratação segmentada, estruturada em lotes distintos, conforme:

- A natureza do serviço:
 - Locação de caçambas para resíduos da construção civil (Classes A, B e C). Inclusa coleta, transporte e destinação final.
 - Coleta, transporte e destinação de lâmpadas e materiais com mercúrio.
 - Coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos - Rejeitos classe IIA;

- Coleta, transporte e destinação de resíduos químicos e laboratoriais;
- Coleta, transporte e destinação de resíduos hospitalares;
- Coleta, transporte e destinação de resíduos de animais de experimentação;
- E o local de execução:
 - Campus I - Florianópolis;
 - CEFID – Florianópolis;
 - CERES - Laguna;
 - CESFI – Balneário Camboriú;

Esta solução permite:

- A participação de empresas especializadas;
- A viabilidade econômica para a Administração, com menores preços por deslocamento e maior competitividade;
- A eficiência na execução, com empresas localizadas ou atuantes em regiões próximas aos campi da UDESC;
- A redução dos riscos de ocorrerem lotes desertos ou fracassados.

A contratação será feita sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), que garante à Administração flexibilidade e economicidade, possibilitando realizar as contratações de acordo com a demanda efetiva, que é bastante variável, e com a disponibilidade orçamentária.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O custo estimado da contratação é de R\$ 564.823,46 (quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos).

Foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a média aritmética ou a mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços obtidos de fontes diversas: Banco de Preços, Processo de Licitação já realizado pela Universidade (PE 612/2024), e foram realizadas consultas diretamente com fornecedores locais. A demonstração dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e demais documentos constam nos autos (págs.19 a 29 e nomes dos arquivos “1 Planilha de Precificação Demandas” e “2 Instrução de Pesquisa de Preços”).

A Precificação foi baseada na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 12 de 2022 da Secretaria de Estado da Administração e na Nota Técnica Nº 1 de 2022 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

8. Comparativo das soluções

Conforme apontado no item 6 deste ETP, após levantamento de mercado e sua análise, chega-se à conclusão que a melhor solução técnica e econômica para a universidade é a contratação segmentada, estruturada em lotes distintos por tipo de serviço e local, aumentando a competitividade e reduzindo o risco da licitação restar deserta. A execução direta pela UDESC foi descartada, mostrou-se inviável técnica e economicamente para a UDESC. A Contratação centralizada – única empresa para todos os tipos de resíduos e todos os locais, não atente à realidade do mercado e ao histórico da UDESC, com alto risco de restar deserta.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

9. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução escolhida consiste na **contratação, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP)**, de empresas especializadas, organizadas em **lotes distintos**, conforme o **tipo de serviço** e o **local de execução**, para a **prestação dos seguintes serviços, que serão replicados por local, conforme o Termo de Referência**:

LOTES 1 e 2 - Locação de caçambas estacionárias para resíduos da construção civil

Item 1 - Locação de caçamba estacionária para **resíduos da construção civil (Classe A)**: tijolos, blocos, telhas, argamassa, concreto, areia e pedra. Capacidade: **5 m³**.

Item 2 - Locação de caçamba estacionária para **resíduos da construção civil (Classe B)**: plásticos, papéis, papelões, metais, vidros, madeiras de obra (exceto MDF, MDP e compensados), entre outros materiais recicláveis ou reutilizáveis. Capacidade: **5 m³**.

Item 3 - Locação de caçamba estacionária para **resíduos Classe da construção civil (Classe C)**: MDF, MDP e compensados. Capacidade: **5 m³**.

Item 4 - Locação de caçamba estacionária para **resíduos diversos da construção civil (Classe C)**, como gesso, carpete, lã de vidro de isolamento acústico e forro mineral, entre outros que não possam ser reciclados ou recuperados, conforme **classificação e destinação adequada vigente**. Capacidade: **5 m³**.

Todos os serviços incluem:

- Coleta;
- Transporte;
- Destinação final ambientalmente adequada, conforme as classes de resíduos definidas na Resolução CONAMA nº 307/2002.

Local de execução: Florianópolis/SC, Laguna/SC – o lote será replicado para Florianópolis e para Laguna.

LOTE 3 – Coleta, transporte e destinação de lâmpadas fluorescentes e LED

Inclui **Coleta, transporte e tratamento** de lâmpadas fluorescentes e LED; e **Destinação final** das lâmpadas, conforme exigências legais.

A destinação final deverá ser realizada em **unidade licenciada para descontaminação e recuperação de mercúrio**, ou outra tecnologia permitida pelas normas ambientais, conforme a **Resolução CONAMA nº 257/1999 e 401/2008**.

Local de execução: Florianópolis/SC e Laguna/SC – lote único para todas as cidades.

LOTE 4 – Locação de caçamba com tampa para resíduos sólidos – Classe IIA (Rejeitos)

Inclui a Locação de caçamba com tampa, para **recolhimento de resíduos sólidos Classe IIA – Rejeitos**; e coleta, transporte e destinação final adequada.

Exemplos de resíduos Classe IIA mais comuns: resíduos comuns, resíduos de limpeza pública, resíduos não recicláveis de atividades administrativas e acadêmicas.

A destinação final deverá ocorrer em **aterro sanitário licenciado**, conforme determina a **Política Nacional de**

Resíduos Sólidos (PNRS) e a ABNT NBR 10004.

A capacidade da caçamba será definida em metros cúbicos e o valor será calculado por caçamba, conforme o quantitativo final executado.

A periodicidade das coletas será de 3 (três) vezes por semana.

Local de execução: Florianópolis/SC.

LOTES 5 e 6 – Coleta e destinação de produtos químicos

Inclui **Coleta e transporte** de produtos químicos; e **Destinação final** dos produtos químicos, conforme normas ambientais específicas.

O transporte deverá ser realizado por **veículos licenciados**, conforme a **Resolução ANTT nº 5.947/2021**, que regulamenta o transporte de produtos perigosos.

Local de execução: Balneário Camboriú/SC e Laguna/SC.

LOTES 7 e 8 - Coleta e destinação de resíduos hospitalares

Inclui **Coleta e transporte** de lixo hospitalar, compreendendo materiais biológicos, contaminantes e perfurocortantes; e **Destinação final** do lixo hospitalar, conforme legislações sanitárias.

A destinação final deverá ser realizada em **unidade licenciada para tratamento térmico (incineração) ou autoclavagem**, conforme o risco e a regulamentação sanitária local, seguindo as exigências da **Resolução ANVISA RDC nº 222/2018**.

Os resíduos deverão ser acondicionados em **embalagens rígidas e padronizadas**, conforme normas sanitárias e de segurança. As embalagens devem ser fornecidas pela CONTRATADA.

Local de execução: Florianópolis/SC e Laguna/SC.

LOTE 9 – Coleta, transporte e destinação de resíduos biológicos de animais

Inclui **Coleta, transporte, tratamento e destinação final** de resíduos de **fezes, urina e carcaças de camundongos** oriundos de experimentação.

Padrão de coleta:

- Até **2 sacos** de resíduos de fezes e urina;
- Até **1 saco** de carcaça de camundongo por coleta;
- Coletas com sacos de até **30 litros**.

Local de execução: Florianópolis/SC.

A CONTRATADA será a **única e exclusiva responsável** pelo **cumprimento integral** das seguintes obrigações, sem prejuízo de outras que decorram da legislação, das normas técnicas aplicáveis e do contrato:

a) Cumprir integralmente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à gestão de resíduos,

incluindo, mas não se limitando à:

- Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022);
- Resoluções do CONAMA 257/1999, 307/2002, 358/2005;
- Resolução ANVISA RDC nº 222/2018;
- Normas da ABNT, especialmente NBR 10004, NBR 11175 e NBR 12235;
- Resolução ANTT nº 5.947/2021 (transporte de produtos perigosos);
- Resolução CONTRAN nº 168/2004 (capacitação de motoristas);
- IN IBAMA 13/2021
- Portaria IMA/FATMA nº 21/2019 (SC)
- Normas do INMETRO e demais regulamentações pertinentes.

b) Obter e manter, durante toda a execução do contrato, todas as **licenças ambientais e sanitárias necessárias**, incluindo a **Licença Ambiental de Operação (LAO)**; **Licença para transporte de resíduos perigosos**, quando aplicável; e **Autorizações específicas** para atividades de tratamento ou destinação final, quando aplicável.

c) Executar, sob sua inteira responsabilidade, todas as etapas da gestão dos resíduos:

- **Coleta**;
- **Transporte** (com veículos licenciados e adequados);
- **Tratamento**, quando aplicável;
- **Destinação final ambientalmente adequada**.

d) Emitir, acompanhar e manter disponível para fiscalização o **Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR)**, para **todas as coletas e transportes realizados**, conforme exigido pela **Política Nacional de Resíduos Sólidos** e pelo **Sistema MTR Nacional** (Portaria MMA nº 280/2020).

e) Para resíduos classificados como **perigosos** ou que exijam **tratamento prévio obrigatório** (como resíduos de serviços de saúde, experimentação animal e produtos químicos), garantir que o tratamento e a destinação sejam realizados em **instalações devidamente licenciadas**, com a emissão do respectivo **Certificado de Destinação Final (CDF)**.

e) A CONTRATADA deverá garantir que toda a movimentação de resíduos atenda integralmente às **normas ambientais**, assegurando a **rastreabilidade e segurança** até a **destinação final**.

f) A CONTRATADA deverá possuir e seguir as diretrizes dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) ou dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), sempre que aplicável, conforme Lei nº 12.305/2010 e RDC ANVISA nº 222/2018.

f) Apresentar ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, toda a documentação comprobatória das operações realizadas, incluindo:

- **Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs)**;
- **Certificados de Destinação Final (CDFs)**;
- **Relatórios mensais de procedimentos**;
- **Declaração de emissão de resíduos**;
- **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, quando exigido.

g) Garantir, quando necessário, que a **subcontratação seja realizada exclusivamente para a destinação**

final dos resíduos, com empresas **devidamente licenciadas e autorizadas**. A CONTRATADA **não poderá transferir a responsabilidade** assumida perante a UDESC à(s) subcontratada(s), permanecendo como única responsável pelos serviços prestados.

h) Cumprir integralmente as normas de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Saúde e Higiene Ocupacional, garantindo a segurança de seus trabalhadores, da comunidade acadêmica e do meio ambiente.

i) A CONTRATADA será inteiramente responsável por eventuais danos materiais, ambientais ou pessoais causados à UDESC, ao meio ambiente ou a terceiros, por ação ou omissão.

j) Fornecer e exigir de seus trabalhadores a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), além de uniformes e identificação funcional em local visível, como condição indispensável para acesso às dependências da UDESC.

k) Arcar com todas as despesas e encargos relacionados à execução dos serviços, incluindo:

- **Fornecimento de mão de obra especializada;**
- **EPIs, uniformes e equipamentos necessários;**
- **Veículos licenciados;**
- **Seguros obrigatórios;**
- **Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.**

l) Respeitar integralmente as exigências relativas à subcontratação, não podendo ceder a terceiros o objeto da contratação, exceto nas hipóteses expressamente previstas neste instrumento.

m) Manter a UDESC informada de quaisquer irregularidades ou intercorrências relacionadas à execução contratual e prestar todos os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela Contratante ou pelos órgãos de fiscalização competentes.

n) Entregar os locais de prestação dos serviços limpos e livres de resíduos após cada coleta, com a garantia da destinação final adequada, conforme normas ambientais e sanitárias vigentes.

o) Assegurar que, em qualquer situação, sejam observadas as normas do INMETRO e as normas técnicas da ABNT atualizadas, específicas para cada tipo de resíduo e operação realizada.

p) Prestar os serviços com elevados padrões de qualidade, assegurando que todas as operações sejam realizadas conforme as boas práticas ambientais e sanitárias, preservando a saúde pública, o meio ambiente e o patrimônio da UDESC.

O não cumprimento de quaisquer destas obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções legais, contratuais e administrativas cabíveis, além da responsabilização por eventuais danos decorrentes da execução inadequada ou da omissão no cumprimento das normas e cláusulas contratuais.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de serviços comuns de locação de caçambas, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos no Campus I, Ceres e Cesfi da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC mostra-se adequada e vantajosa, considerando aspectos técnicos, administrativos e econômicos. Trata-se de serviços comuns, cujas especificações são bem

definidas e padronizadas por normas ambientais, sanitárias e técnicas amplamente reconhecidas, o que torna o objeto compatível com o modelo de registro de preços.

Além disso, embora haja a necessidade da prestação contínua desses serviços, sua execução envolve diversos aspectos administrativos, operacionais e legais. A geração de resíduos é variável e está diretamente vinculada às atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa da Universidade, além de eventuais adequações físicas e obras que possam gerar resíduos de diferentes naturezas. Assim, a prestação dos serviços depende da demanda efetiva, da disponibilidade orçamentária e da evolução das atividades institucionais, razão pela qual a contratação mediante SRP é a forma mais eficiente e adequada.

Nesse sentido, o SRP permitirá que a Administração contrate de forma mais eficiente, por meio de execuções futuras sob demanda, evitando a necessidade de deflagrar novas licitações sempre que houver a geração de resíduos que exijam coleta, transporte e destinação final. A possibilidade de contratações parceladas ao longo do tempo favorece uma melhor gestão orçamentária, alinhada ao planejamento estratégico da Instituição e aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

A adoção do SRP, portanto, proporciona agilidade na execução contratual, especialmente em casos em que haja necessidade de recolhimento e destinação imediata de resíduos, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados, bem como a proteção da saúde pública e do meio ambiente. Além disso, tal procedimento encontra amparo legal no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza expressamente o uso do sistema para contratação de serviços comuns, cujas execuções possam ocorrer de forma parcelada ou atendendo a múltiplos órgãos.

A aglutinação realizada por esta equipe de planejamento, subscritores desta justificativa, foi realizada após minuciosa análise, reunindo serviços que habitualmente são executados por empresas do mesmo ramo de atividade, visando tornar economicamente viável a competição e, diante do princípio da economicidade, possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, levando em consideração a redução do risco de alguns serviços restarem desertos, o que já ocorreu em outras certames. Assim, os serviços foram divididos em nove lotes, cada um correspondente a um conjunto de atividades específicas, de modo a permitir a participação de empresas especializadas, ampliando a competitividade e garantindo a adequada execução do objeto. Para alguns serviços, tendo como base a realização de certames anteriores, optou-se também pela divisão dos lotes de acordo com a cidade.

Conclui-se que, diante das peculiaridades do objeto a ser licitado, a aglutinação em nove lotes, após minuciosa análise, é a menor, melhor e mais adequada forma de parcelamento possível, em estrita observância aos princípios da economicidade e da competitividade, assegurando a viabilidade, a eficiência e a legalidade da contratação.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há necessidade de outras Contratações correlatas para que a contratação demandada surta seus efeitos.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Foram mapeados e levados em consideração os possíveis riscos e as medidas para tratamento caso ocorram. O Mapa de risco está no arquivo anexo a este ETP.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A execução dos serviços objeto desta contratação pode gerar uma série de impactos ambientais, em função das características dos resíduos coletados, transportados, tratados e destinados. Esses impactos incluem, mas não se limitam a riscos de contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas, da atmosfera e

potenciais efeitos sobre a fauna, a flora e a saúde pública.

Os principais impactos ambientais potenciais decorrem do manejo inadequado dos resíduos sólidos da construção civil, resíduos Classe IIA (rejeitos), resíduos químicos perigosos, resíduos de serviços de saúde e de experimentação animal, bem como resíduos contendo substâncias perigosas como o mercúrio, presente em lâmpadas fluorescentes. Tais impactos podem resultar em poluição ambiental, proliferação de vetores de doenças e exposição indevida da comunidade acadêmica e da população do entorno da UDESC.

Dentre os riscos identificados, destacam-se: a disposição inadequada de resíduos da construção civil, que pode gerar assoreamento, obstrução de redes pluviais e contaminação do solo; o descarte incorreto de resíduos químicos, que pode contaminar corpos hídricos e causar danos irreversíveis à biota; e o manejo impróprio de resíduos de serviços de saúde, que pode expor pessoas a agentes biológicos patogênicos, além de riscos físicos e químicos associados ao transporte e armazenamento desses resíduos.

Para mitigar tais impactos, a CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as normas e legislações ambientais, sanitárias e de segurança vigentes, garantindo que os resíduos sejam coletados, transportados, tratados e destinados em conformidade com as melhores práticas de gestão ambiental. Assim, constitui medida mitigadora obrigatória o cumprimento integral da legislação aplicável, especialmente: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022); as Resoluções CONAMA nº 307/2002, nº 358/2005 e nº 401/2008; a Resolução ANVISA RDC nº 222/2018; as normas da ABNT pertinentes, como NBR 10004, NBR 11175, NBR 12235 e NBR 15112; a regulamentação do transporte de produtos perigosos (Resolução ANTT nº 5.947/2021); e as demais normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho.

Além do cumprimento da legislação, são medidas mitigadoras obrigatórias: o acondicionamento dos resíduos em recipientes e caçambas adequadas e em condições seguras; a utilização de veículos apropriados, devidamente licenciados, que evitem o vazamento de líquidos percolados e a dispersão de materiais; o tratamento prévio de resíduos perigosos e biológicos, conforme exigências legais; e a destinação final ambientalmente adequada, em unidades licenciadas pelos órgãos competentes.

A CONTRATADA deverá, ainda, realizar o monitoramento e o registro de todas as operações, com a emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e dos Certificados de Destinação Final (CDF), garantindo a rastreabilidade e a comprovação da regularidade ambiental das ações executadas. Deverá capacitar seus trabalhadores, assegurar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e adotar medidas de prevenção de acidentes e de contenção de emergências ambientais.

Assim, a adequada execução contratual, com a adoção das medidas mitigadoras descritas, minimiza significativamente os riscos ambientais associados aos serviços, assegurando o atendimento aos princípios da prevenção, precaução e desenvolvimento sustentável, bem como a conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas aplicáveis.

14. Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação pretende assegurar a adequada gestão dos resíduos gerados pela UDESC, garantindo a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final conforme as normas ambientais, sanitárias e de segurança vigentes, prevenindo riscos de contaminação, promovendo a proteção da saúde pública e do meio ambiente, ao mesmo tempo evitando a geração de passivos ambientais e financeiros à UDESC.

Busca-se, ainda, maior eficiência administrativa, mediante a contratação sob demanda, evitando sucessivas licitações para objetos de mesma natureza, e assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados. Pretende-se também fortalecer a política institucional de sustentabilidade da UDESC, com a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais e promovam o uso racional dos recursos naturais, em conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Esta equipe de Planejamento declara viável a contratação, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos da construção civil, químicos, laboratoriais, hospitalares, lâmpadas e animais de experimentação, por

considerar imprescindível a necessidade de assegurar a adequada gestão dos resíduos gerados pela UDESC, e o atendimento às exigências legais e ambientais. Conclui-se que a contratação proposta é a mais adequada, necessária e vantajosa para a UDESC, garantindo a eficiência, a economicidade e a continuidade dos serviços públicos, bem como a proteção da saúde pública e do meio ambiente.